Reportagem 0112

Accioly prevê maioria emedebista

Da sucursal de BRASÍLIA

O senador Accioly Filho (Arena-PR), autor das principais emendas até agora apresentadas ao projeto de reforma constitucional de iniciativa do Poder Executivo, entre as quais está a que restabelece eleições diretas para o Senado, é de opinião que o governo, ao criar a figura do senador "biônico", já dispunha de informações suficientes indicando um resultado adverso para a Arena nas eleições parlamentares de 15 de novembro.

Em entrevista concedida a Sérgio Chacon e Geraldo Seabra, de **O Estado**, o senador paranaense, impedido por seu próprio partido de concorrer à reeleição, disse que está certo de que o MDB será majoritário no Congresso Nacional a partir do próximo pleito e apontou a criação de novos partidos políticos como sendo a solução encontrada pelo atual regime para manter-se no poder. Ele manifestou-se contrário ao lançamento de um candidato à Presidência da República nascido da Frente Nacional de Redemocratização, "porque de nada nos adiantaria chegar ao governo com um regime como o que aí está".

Accioly Filho disse que as emendas que apresentou são todas de sua autoria, elaboradas sem consulta a juristas ou a políticos, e nelas procurou encontrar "uma fórmula de conciliação", acrescentando: "Estamos numa assembléia em que a postura de seus participantes é diferente da postura dos que comparecem a uma convenção científica. Eu não queria me apresentar aqui no Congresso com uma proposta que fosse mais uma tese de ciência política do que de legislador. O cientista que comparece a uma assembléia política apresenta sua proposta pessoal sem preocupar-se com sua aceitação ou não. Já o legislador, não; ele tem compromissos com a própria assembléia à qual ele pertence. Ele não pode apresentar sua proposta sem ter em vista a destinação e a viabilidade da proposta apresentada. As minhas emendas, por isso, não refletem tudo aquilo que eu desejaria que fosse inserido na Constituição. Pode ser que alguma coisa eu até não desejaria, mas nós temos que propor fórmulas que possam ser aceitas pela maioria".

O senador disse que está consciente de que as emendas que apresentou ao projeto do governo estão de certa forma "condicionadas" à situação vigente, mas mesmo assim as considera "realistas" e acha que sua proposta é "aceitável". Accioly Filho disse que é preciso considerar que estamos em 1978 "e o regime em que vivemos não é inteiramente democrático, ou não é democrático". Ele acha que sua proposta está dentro dos limites de tolerância: "É o que pode ser feito. É uma via que me parece saudável para obtenção da democracia a curto prazo. Se nós estivessemos num momento de construção de um documento constitucional para uma época de plena democracia, não seria nesses termos. No momento em que o governo reclama a necessidade de ter à mão instrumentos prontos para enfrentar a perturbação da ordem e da paz pública e declara que os instrumentos tradicionais não bastam para resguardar o Estado das agressões, o legislador deve se ater a essa realidade, tem que entender que o governo tem essa compreensão do problema, porque deve ter mais informações. Mas em vez de dar aquilo que o governo pretende, as medidas de emergência que não são condicionadas nem ao tempo nem à aprovação do Congresso, eu preferi dar um estado de emergência de curta duração que o governo tivesse à mão para debelar a crise".

Accioly Filho afirmou que, através de suas emendas, procurou alterar no projeto do governo "aquilo que me parecia mais conflitante com o regime democrático". E acrescentou: "É claro que não se trata de uma revisão na Constituição de 1967. Se se tratasse de uma revisão do texto constitucional, então a tarefa seria muito maior. Eu me limitei só à proposta do governo, mexendo em quase toda a proposta. Eu fiz alterações nos instrumentos de defesa do Estado, eu mexi também no que diz respeito aos partidos políticos no País, fiz ainda alterações na parte relativa às imunidades parlamentares. Na parte do sistema partidário, eu achei o projeto sovina", destacou o senador.

O senador pelo Paraná considera que o sistema bipartidário fracassou no Brasil, por dois motivos. Primeiro pela inexistência da alternância do poder e de regime democrático. Segundo o senador, se não existe alternância, o bipartidarismo é totalmente inviável porque o partido que fica no poder "se desgasta e tem que ser expulso do poder". E, quando ele não pode ser expulso, "o governo procura criar artifícios para manter esse partido", mencionando como exemplo o caso das eleições indiretas, para os governos estaduais e para o Senado, ou critérios para a composição do Congresso. O outro motivo apontado pelo senador para a falência do bipartidarismo no Brasil é o da sobrevivência do espírito de formação dos brasileiros: "Nós somos um país ainda em que esse machismo sul-americano, esse desejo de conduzir, continuam presentes. Então os partidos são dominados por grupos que se encastelam, não deixam surgir novas lideranças e não há renovação".

Foto Alencar Monteiro — Telefoto Estado

Accioly atribui à luta pelo divórcio o veto ao seu nome dentro da Arena

Ele disse que, por isso, nas convenções partidárias, as melhores inteligências ficam afastadas do processo político, já que dos 300 ou 400 postulantes a cargos eletivos que sempre aparecem, dois terços não são acolhidos por falta de vagas: "É de se supor que nesses dois terços deve haver gente com cultura e suficiente dose de bom senso para exercer atividade política, e que é afastada. Então, eu acho que se deve abrir o leque de opções para o pluripartidarismo, mas não nessa fórmula proposta pelo governo em que o surgimento dos partidos se dá de cima para baixo. Eu acho que não deveria haver nenhuma regulamentação na lei das regras para criação de partidos. Eles seriam criados assim como são criadas as associações civis, como ocorre em todo o mundo, sem necessidade de adesões, como foi agora na Espanha e em Portugal. A opinião pública se divide em tantas frações quantas forem as idéias e as lideranças que surgirem no ressurgimento da democracia. Depois, com o tempo, essas frações se aglomeram e acabam formando quatro ou cinco partidos poderosos. Agora, se aceitamos a fórmula do governo, é que sobretudo os partidos de conteúdo ideológico não poderão sobreviver no Brasil. Eles não podem surgir porque não detêm a adesão de 10 dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado ou porque não conseguem na primeira eleição deter cinco por cento dos votos do eleitorado brasileiro. Então não poderia renascer a Democracia Cristã, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Libertador ou qualquer outro de algum conteúdo ideológico. Nós ficaríamos restritos a partidos de massa".

O senador Accioly Filho disse que a Arena é um bom exemplo de partido em que as cúpulas ficam encasteladas, acrescentando que o partido oficial é formado de "lideranças artificiais", que não surgiram com naturalidade: "Nos Estados, por exemplo, hoje só existem oligarquias, que se mantêm nas graças do Poder Central". O representante paranaense citou o exemplo dele mesmo, impedido de candidatar-se à reeleição, como um caso de vítima dessas oligarquias: "Eu não sou candidato não porque eu não pretenda. A Arena não me deu legenda no Paraná. Estou à espera da aprovação da emenda, que permitirá o surgimento de novos partidos, para que eu possa me inscrever em outra agremiação. Não tentei legenda para concorrer à Câmara para não me expor a outro constrangimento, para evitar que a Arena me negasse outra vez a legenda. Eu não busquei outra vaga porque não sou um profissional da política e por isso não me é necessário o mandato, principalmente um mandato tão tolhido como o do parlamentar brasileiro atual". Ele disse que cometeu "três pecados capitais" para ter seu nome vetado pela Arena para concorrer à reeleição: ser contra o governo federal, ser contra o governo estadual e ter sido um dos autores da emenda do divórcio. Segundo o senador, "num país como este, num regime como este, são três faltas graves. O governo paranaense é muito ligado à Igreja. Não é por acaso que tentaram impedir, no Rio de Janeiro, a candidatura do senador Nelson Carneiro. Só se podia esperar isso".

O representante do Paraná, autor de um parecer que garante ao senador Magalhães Pinto o direito de concorrer à Presidência da República pelo MDB, disse que está integrado "ao espírito" da Frente Nacional de Redemocratização, mas desde o início não lhe agradou a formalização do movimento: "Um dos defeitos de nossa formação latina é que nos preocupamos muito com o formalismo das coisas. Então para fazer um movimento é preciso formar uma entidade e dar nome a essa entidade. Precisamos rotular as coisas. Mas há no País um movimento amplo pela redemocratização que é dos operários, dos médicos, dos advogados, da Igreja. Então, na hora em que queremos colocar isso numa entidade, formalizá-lo, o que pode acontecer é que nos vamos encolher, porque a ele não podem pertencer a Igreja, os sindicatos, as entidades de classe, até porque a Frente não pode exercer atividade política".

Accioly Filho considera "um dos males surgidos na Frente" o problema do lançamento de candidatura pelo MDB. Segundo o senador, a Frente não tem a função de lançar candidatos. Não tem nem deve ter candidatos, "pois este fator, que lhe é totalmente estranho, só contribuiu para seu esvaziamento". Ele também é de opinião que a Frente não deveria ter por objetivo chegar ao governo, "porque isso não é essencial". Entende o senador que a Frente poderia chegar ao governo no atual regime, o que nada adiantaria; "Isso nós não queremos. Queremos a redemocratização do País. O governo pode ser A, B ou C., mas desde que nasça de um regime democrático. O governo é secundário.

Na opinião do senador Accioly Filho, antes de chegar ao poder importa criar-se instituições democráticas fortes para resistir aos percalços que ocorrem no País: "Se as instituições são resistentes, elas podem resistir a catástrofes. No Brasil, a morte de um presidente, a alta do preço do feijão, da soja, se transformam em catástrofes abalando as estruturas políticas do País. Isso demonstra que nossas instituições ainda não criaram raízes. Nós vivemos aqui em permanentes mutações: muda a Constituição, mudam as instituições, mudam os partidos políticos. Nos Estados Unidos os partidos políticos têm mais tempo de vida do que nossa história como Nação e por isso têm poder e força para enfrentar as Forças Armadas e as forças econômicas".

Acredita o senador Accioly Filho que no dia 15 de novembro o governo poderá amargar outra derrota como a de 1974: "As condições sociais e econômicas que existem no País estão mais agravadas que em 1974. Vai-se fazer uma eleição num quadro inflacionário ainda mais acelerado do que há quatro anos, o povo está sofrendo maiores dificuldades, está sofrendo uma distribuição de renda ainda mais desigual. Em suma, o quadro econômico e o quadro social são mais adversos hoje do que há quatro anos. Em relação ao quadro político, a diferença é que em 1974 ainda não estava em vigor a Lei Falcão e havia acesso a televisão e ao rádio, que permitiria aos candidatos da oposição o transmitir ao eleitor essa situação difícil. Mas eu acho que a Lei Falcão terá pouca influência no pleito de 15 de novembro, embora sejam poderosos o rádio e a televisão. A falta desses meios de comunicação não vai impedir que o eleitor se manifeste em termos emocionais, por força da situação. Tudo indica que deva repetir-se o resultado eleitoral de 1974. A criação do "biônico" é um indício de que o governo previa a derrota".

O senador Accioly Filho é também de opinião que o governo instalado no Brasil desde 1964 "está cansado, cheio de fadiga". Para sobreviver, segundo o senador, o governo vive legislando casuisticamente e o passo mais recente para continuar no poder é a proposta de formação de novos partidos, "que dilui a força oposicionista em quatro, cinco ou seis agremiações, podendo as menos radicais compor-se com o governo, ficando apenas a facção mais radical na oposição". Ele acha que isso não será difícil, "pois uma grande parte dos parlamentares que hoje integram a legenda oposicionista irão para o outro partido".

Como prova de que o governo está exausto, o senador paranaense apontou as greves dos metalúrgicos, os movimentos estudantis e as greves dos residentes de medicina: "É um sintoma de exaustão das estruturas. A lei não permite greves e as greves são feitas. A lei está superada. A estrutura política foi superada pelos fatos. E a tendência é crescer se também a situação econômica vier a piorar, se o governo mantiver a mesma política de fazer a inflação recair sobre a classe trabalhadora, que é a que mais sofre com a contenção dos salários e o aumento do custo de vida". O senador é de opinião que hoje existe no País uma distância muito grande entre o comportamento da classe política e o comportamento do povo, da massa, estando os políticos amedrontados, de um lado, "enquanto os médicos e os operários fazem greve, os estudantes se reúnem em São Paulo e os caciques indígenas reivindicam os direitos de suas tribos. Todos lutam por seus direitos, enquanto os parlamentares, estáticos, temem perder seus mandatos".

Accioly Filho manifestou-se, ainda, favoravelmente à concessão de anistia, embora reconheça ser difícil para o governo decretar anistia irrestrita. Ele é contrário à revisão das punições, por acreditar que elas possam levar a novos erros e por entendê-la "a antítese da anistia". Finalmente, o senador paranaense abordou o problema da reforma da magistratura. Ele acha que o projeto que o governo encaminhou ao Congresso não inova, "contendo apenas reprodução do texto constitucional ou de alguma lei". Para Accioly Filho, o que consta no projeto e ainda não está legislado "é matéria puramente repressiva, é um código repressivo". Ele manifestou a esperança de que não saia essa lei para a magistratura.

Colocado à margem da vida parlamentar por discordâncias partidárias, o senador Accioly Filho completa com o seu atual mandato uma jornada como político equivalente ao tempo exigido para uma aposentadoria e, por isso, tem confidenciado a pessoas íntimas a certeza de que vai experimentar, a partir do próximo ano, o choque de uma mudança súbita de atividades.

Sempre respeitado como uma das mais experientes autoridades em assuntos jurídicos, Accioly deverá retornar à cátedra de Direito Penal da Faculdade de Direito do Paraná, da qual é titular desde 1952.

Depois de exercer as funções de chefe de gabinete das Secretarias de Viação e Obras Públicas (atualmente dos Transportes) e de Interior e Justiça do Paraná, elegeu-se deputado estadual, pela primeira vez em 1947, reelegendo-se por duas vezes. Nessa época, ocupou a presidência da Assembléia Legislativa do Paraná e a liderança da oposição, como parlamentar do extinto PSD. Em 1959, foi eleito deputado federal, com reeleições em 1963 e 1967. Em 1970, elegeu-se senador pela Arena, destacando-se como presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Accioly é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, tendo nascido em 5 de março de 1920, na cidade de Paranaguá.